

RODRIGO BRASIL CUSTÓDIO GUIMARÃES

ECONOMIA DO PARANÁ DURANTE OS CICLOS DO OURO, DO TROPEIRISMO E
DA ERVA-MATE

Monografia apresentada como requisito parcial à
conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor
de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal
do Paraná.

Orientador: Othon J. R. de Souza Reis

CURITIBA
2007


TERMO DE APROVAÇÃO

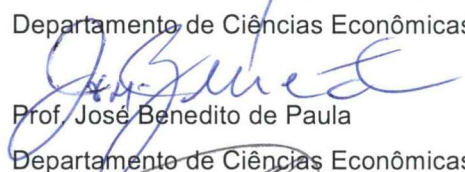
RODRIGO BRASIL CUSTÓDIO GUIMARÃES

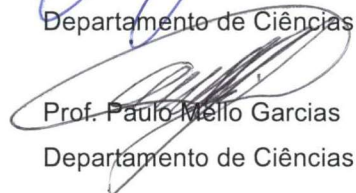
ECONOMIA PARANAENSE DURANTE OS CICLOS DO OURO, TROPEIRISMO E
ERVA-MATE

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Othon Juruá Rolim de Souza Reis
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Prof. José Benedito de Paula
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Prof. Paulo Mello Garcias
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 26 de novembro de 2007

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Prof. Othon J. R. de Souza Reis por aceitar orientar-me e, tarefa esta que realizou pacientemente e ajudou-me a desenvolver a minha pesquisa, exigindo quando necessário e parabenizando quando os objetivos da pesquisa foram alcançados. Agradeço a minha mãe, Elizabeth Brasil e minha avó Rosi Veneri pelo esforço em tornar-me uma pessoa com boa formação pessoal e por acreditarem na minha graduação. Agradeço a minha namorada Yala K. da Silva por ajudar-me na busca de fontes para a pesquisa, percorrendo sebos e bibliotecas de toda a cidade, incentivando durante as desgastantes horas de digitação e compreendendo a importância da realização deste sonho. Finalmente, mas não menos importante, agradeço a todos os meus amigos que souberam compreender a minha ausência em alguns momentos festivos.

RESUMO

Essa monografia procura analisar a história do desenvolvimento econômico do Paraná. Particularmente procura-se pesquisar o período que começa com o ciclo do ouro e alastra-se até o momento em que o mate deixa de ser o principal produto paranaense na pauta de exportação. Tal período consiste entre meados do século XVII até a década de 1930. O referencial teórico utilizado neste trabalho baseia-se na teoria de desenvolvimento regional de Gunnar Myrdal. Esse ferramental teórico procura destacar os fatores que acabam gerando desigualdades em termos de desenvolvimento regional. Deste modo, é feita uma análise que abrange visões de vários autores sobre a história do Paraná com base na teoria de Myrdal. O objetivo é indicar os acontecimentos que acabaram por atrasar ou impulsionar o desenvolvimento paranaense no período descrito.

ABSTRACT

This monograph tries to analyse the history of the economic development of Paraná. Privately tries to research the period that starts with the gold`s cycle and lasts until the moment that the Paraguay tea abandon the first place on the exportation staff. This age refers between the mid-17th century till the 1930 decade. The theoretical instrument that this work applies is based in a theory of regional development of Gunnar Myrdal. This theoretical instrument tries to highlight the factors that generate unequal development in different areas in the same country. In this way, na analise is done, using visions of different authors about the history of Paraná and aplies the theory of Myrdal on them. The objective is to indicate the incidents that retarded or stimulated the development of Paraná in that period.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
2.1 ESPAÇO ECONÔMICO E REGIÃO.....	7
2.2 TEORIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE GUNNAR MYRDAL.....	8
2.2.1 Desigualdades Econômicas Internacionais.....	8
2.2.2 O Princípio da Causação Circular e Acumulativa.....	9
2.2.3 Desigualdades Econômicas Regionais em um País.....	10
2.2.4 O Papel do Estado.....	12
3 CICLOS ECONÔMICOS PRÉ ERVA-MATE.....	13
3.1 O CICLO DO OURO.....	13
3.2 O CICLO DO TROPEIRISMO.....	17
4 O CICLO DA ERVA-MATE.....	22
4.1 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO.....	22
4.2 DECADÊNCIA.....	31
5 CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS.....	37
OBRAS CONSULTADAS.....	37
ANEXO.....	38

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico do Paraná é descrito através dos ciclos econômicos, que acabaram por mobilizar fatores de produção e, conseqüentemente, mão-de-obra, povoando o território, gerando riquezas e, interferindo na formação do atual Estado do Paraná. Dentre os ciclos que auxiliaram na formação econômica paranaense, destacam-se os ciclo do ouro, tropeirismo, erva- mate, madeira e café.

O escopo deste trabalho compreende os três primeiros ciclos econômicos que propiciaram um desenvolvimento regional, isto é, o ciclo do ouro, do tropeirismo e da erva- mate. Tal período compreende desde o início do século XVII até meados da década de 1930, quando o mate deixa de ser o principal produto na pauta de exportação paranaense, dando o seu lugar para a madeira. Estes ciclos tiveram uma grande importância principalmente na fixação da população no território e, na exploração do mesmo em fronteiras até então inexploradas. Além disso, estes ciclos econômicos colocaram o Paraná em conexão com a economia central do Brasil colônia.

Para analisar a dinâmica da economia paranaense neste período e explicar o desenvolvimento regional do Paraná, este trabalho faz uma análise histórica estrutural e, utiliza a teoria de desenvolvimento regional de Gunnar Myrdal e, através desta, procura demonstrar quais os fatores que impulsionaram ou atrasaram o crescimento do Estado.

O trabalho está organizado da seguinte maneira. No primeiro capítulo é apresentado o referencial teórico, onde, na primeira parte serão abordados os conceitos de espaço econômico e região segundo diversos autores, dando início ao raciocínio de Myrdal, que será apresentado na segunda parte deste capítulo. No capítulo seguinte, discute-se os ciclos anteriores ao ciclo da erva-mate, isto é, o ciclo do ouro e do tropeirismo. No terceiro capítulo analisa-se o ciclo da erva-mate de maneira quantitativa, mostrando o crescimento regional impulsionado pela exportação do mate. Na conclusão são feitos apontamentos, relacionando a base teórica e os acontecimentos descritos, demonstrando o processo de desenvolvimento regional do Paraná segundo a teoria utilizada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho, é baseado na teoria de desenvolvimento regional de MYRDAL (Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas, 1965), denominada “Causação Circular e Acumulativa”, na qual MYRDAL descreve que existe uma inter-relação causal e circular nos fatores ligados ao desenvolvimento não só de países, mas também explicaria a diferença de desenvolvimento em diferentes regiões dentro de um país. O objetivo de MYRDAL seria entender como e porque se criaram estas desigualdades e, porque estas desigualdades tendem a aumentar.

O ciclo da erva-mate no Paraná proporcionou um desenvolvimento regional, no sentido em que devido à este ciclo, há uma grande concentração de riqueza nas mãos de uma nova classe dominante, além de ser o primeiro produto a mobilizar uma ampla gama de fatores de produção. Como durante o período de 1830 a 1929, caracterizado pela economia do mate no Paraná, este esteve ligado aos mercados centrais de São Paulo e Rio de Janeiro, que estavam comparativamente mais desenvolvidos, a teoria de desenvolvimento regional de MYRDAL, por ser uma análise abrangente, fornece explicações para estas relações.

Este capítulo procura descrever em sua primeira parte, os conceitos de espaço econômico e região segundo diversos autores, dando início ao raciocínio de MYRDAL, que será descrito na segunda parte deste capítulo.

2.1 ESPAÇO ECONÔMICO E REGIÃO

Uma análise regional exige o reconhecimento de alguns conceitos que foram amplamente discutidos por diversos teóricos de várias correntes ideológicas.

BOUDEVILLE¹ (1972) conceitua o espaço econômico como “Espaço Econômico é ao mesmo tempo geográfico e matemático, e onde as relações técnicas e de comportamento humano são geograficamente determinadas”. Em outras palavras

¹ Citado por ROLIM, no artigo Espaço e Região: um retorno aos conceitos originais. Texto para discussão nº80, para o curso de mestrado em economia Fortaleza: CME.CAEN-CIF, 1988.

“...o espaço econômico é o produto cartesiano das matrizes que representam o espaço de atividades e o espaço geográfico. Ainda BOUDEVILLE (1972), citado por ROLIM(1990), descreve que ” ... a grande diferença entre espaço e região está no fato de região ser uma superfície contínua”.

PERROUX² (1950) definiu o conceito de espaço vulgar e espaço econômico como sendo “O espaço vulgar seria espaço definido por relações geonômicas entre objetos (homens e coisas) enquanto que os espaços econômicos seriam definidos por relações econômicas entre elementos econômicos”. PERROUX foi um pioneiro no estudo de economia regional e, porém, ele nunca se referiu a região num sentido econômico, mas como algo demarcado, concreto e delineado historicamente ou geograficamente.

Com uma abordagem mais marxista, ANN MARKUSEN³ (1981) desenvolveu seu trabalho de economia regional sem conceituar região e desenvolvendo o termo regionalismo como “Regionalismo é uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificando territorialmente contra um ou muitos mecanismos de Estado”.

Segundo ROLIM(1990, p.13), sobre a teoria marxista “...pode-se tentar utilizar o conceito de regionalismo para qual é vital a utilização do aparelho estatal, a região tem que ser vista apenas como a delimitação territorial do âmbito de atuação de uma unidade política”.

2.2 TEORIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE GUNNAR MYRDAL

2.2.1 Desigualdades Econômicas Internacionais

Para explicar a sua teoria de desenvolvimento regional, MYRDAL demonstra a sua perspectiva sobre as desigualdades econômicas internacionais. Os países desenvolvidos economicamente, com elevados níveis de renda são minoria, enquanto a classe dos países subdesenvolvidos é muito maior.

² Ibid.

³ Ibid.

Nota-se nos países altamente desenvolvidos, uma estabilidade no crescimento dos índices, durante recessões, depressões e em épocas de guerras, surgem flutuações temporárias, mas em uma óptica de médio a longo prazo, há uma tendência ascendente. Por outro lado, nos países subdesenvolvidos, que apresentam uma renda bem inferior e a formação de capital e o investimento são muito baixos, mesmo quando comparados às rendas, o desenvolvimento econômico ocorre de maneira lenta, chegando em alguns casos a um retrocesso econômico, no que diz respeito a sua renda média. De modo geral, as diferenças em termos de desenvolvimento econômico entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, tendem a aumentar ao longo do tempo.

Dentro de alguns países subdesenvolvidos, há regiões que apresentam um desenvolvimento econômico mais acelerado, comparando com outras regiões deste mesmo país e, sobre isso MYRDAL (1965,p29) afirma que “Naturalmente , as desigualdades internacionais não são dessemelhantes das desigualdades regionais dentro de um país”.

2.2.2 O Princípio da Causação Circular e Acumulativa

O ponto de partida de MYRDAL para explicar o princípio da causação circular e acumulativa é de que a noção de equilíbrio estável é uma influência equivocada que se estabelece na formulação de uma teoria que tenha por objetivo explicar a mudança no sistema social, visto que o processo social não tende a uma posição de equilíbrio. De acordo com MYRDAL (1965, p34) “Em virtude dessa causação circular, o processo social tende a tornar-se acumulativo e, muitas vezes, a aumentar, aceleradamente sua velocidade”.

MYRDAL afirma ainda que não se trata apenas de várias forças que operam em mesmo sentido pois, na realidade não estão. Em alguns momentos, as forças opostas se equilibram, deixando o sistema em repouso, à espera de que um novo impulso seja aplicado em qualquer ponto. Com o movimento do sistema, as mudanças que se operam nas forças atuam na mesma direção, devido ao fato das variáveis se

entrelaçarem de tal modo que a mudança em qualquer uma das variáveis influi em outras, estas fortificam as primeiras, gerando efeitos sobre aquela primeira variável e, assim, sucessivamente.

Um exemplo que MYRDAL utiliza para explicar sua teoria é o problema do negro nos Estados Unidos nas décadas de 30 e 40 do século XX, onde os fatores colocados em questão são: o preconceito do branco, que causa discriminação contra os negros em muitos sentidos e, o baixo padrão de vida da população negra. Estes fatores se relacionam no sentido que o baixo padrão de vida dos negros é mantido pela discriminação dos brancos e analisando por outra óptica, a pobreza, as más condições de habitação, as deficiências sanitárias, a indisciplina, a criminalidade e a instabilidade das relações familiares dos negros acabam por estimular a antipatia dos brancos.

MYRDAL ainda aponta a inutilidade de buscar um fator predominante, um “fator econômico” para se estudar um problema social pois há muitas variáveis se relacionando mutuamente, de maneira circular e interdependente. É necessário para conduzir um estudo realista do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, estender aos denominados “fatores não econômicos”, tais como: consciência de crescimento e vizinhança, espírito empreendedor e comunicação.

Através do conhecimento da maneira pela qual vários fatores se interrelacionam, onde mudanças em qualquer fator acaba afetando todos os outros, maior será a probabilidade de obter a maximização de resultados de políticas que tenham por objetivo alterar o sistema social.

2.2.3 Desigualdades Econômicas Regionais em um País

MYRDAL descreve que o processo acumulativo de causação circular, seja ascendente ou descendente, será provocado por uma transformação qualquer, que resulte em acréscimo ou decréscimo substancial nas variáveis econômicas que se relacionam mutuamente, tais como: produção, demanda, renda, investimento e poder aquisitivo. Este processo ocorre também em processo de intercâmbio de uma comunidade ou de uma região dentro de um país. Através disso, MYRDAL afirma que o

jogo das forças do mercado opera no sentido da desigualdade, isto é, tende a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais.

Localidades e regiões que apresentam uma renda média maior, concentração de atividades como ciência, arte, educação e cultura superior, oferecem condições naturais boas para as atividades econômicas, se originaram principalmente em fatos históricos, onde a geografia econômica constitui o cenário. Estes centros comerciais localizaram-se onde haviam condições naturais favoráveis à construção de um porto e, as indústrias acabaram por se concentrar perto de fontes que forneciam carvão e ferro.

Segundo a teoria de MYRDAL, a migração, o movimento de capital e o comércio são os meios por onde se desenvolve o processo acumulativo, gerando efeitos positivos na regiões mais desenvolvidas e, gerando efeitos negativos nas regiões mais subdesenvolvidas. As regiões que apresentam uma expansão da atividade econômica, atrairão imigração de outras partes do país, favorecendo as comunidades de crescimento rápido e prejudicando as outras. Com relação aos movimentos de capital, este também tem efeitos semelhantes de produzir o aumento da desigualdade, visto que nas regiões onde as atividades econômicas estão em expansão o aumento da demanda resulta num aumento do investimento que, em consequência, aumentará as rendas e a procura, dando um impulso a um segundo fluxo de investimentos e assim sucessivamente.

Nas regiões subdesenvolvidas, a falta de um impulso expansionista vem do fato da demanda de capital manter-se fraca, mesmo comparando com o volume de poupança, que será pequeno, visto que as rendas são baixas e a tendência é cair ainda mais.

De acordo com MYRDAL, uma das principais deficiências da teoria econômica é manter os fatores não- econômicos fora do âmbito de análise, visto que esses são os meio principais na causação circular dos processos acumulativos de mudança econômica. O teórico ainda conceitua a expressão “efeitos regressivos”, como sendo todas as mudanças adversas de uma localidade em consequência de uma expansão de outra localidade e, “efeitos propulsores” como sendo os efeitos positivos que se propagam do centro de expansão econômica para outras regiões. Segundo MYRDAL

(1965, p.59) “No caso marginal, as duas espécies de efeitos se compensarão reciprocamente e uma região estará em estagnação”. Porém, isto não quer dizer equilíbrio estável pois qualquer impulso desencadeará em movimento acumulativo descendente ou ascendente. Os “efeitos propulsores” são mais fortes quanto mais desenvolvida for a nação enquanto que, nos países subdesenvolvidos, os “efeitos propulsores” são mais fracos não chegando a compensar os “efeitos regressivos”, explicando a tendência de aumento da desigualdade entre as regiões, principalmente dentro de um país subdesenvolvido.

2.2.4 O Papel do Estado

As conclusões de MYRDAL de que as desigualdades regionais são maiores nos países subdesenvolvidos e, que operando às forças de mercado, as desigualdades regionais tendem a aumentar nos países pobres e, nos países desenvolvidos estas desigualdades tendem a diminuir, levam-no a analisar o Estado como meio de diminuir as desigualdades regionais.

De acordo com MYRDAL(1965, p.73)“O termo Estado, como empregamos aqui, inclui todas as interferências organizadas nas forças de mercado”. Como o autor considera que as forças de mercado e as medidas políticas são interdependentes no sistema de causação, políticas estatais que anulam as forças de mercado que promovam “efeitos regressivos” e, que apoiam as forças de mercado que provocam “efeitos propulsores”, levariam a uma maior igualdade regional.

Através de políticas que fortaleçam os “efeitos propulsores” e, que combatam eficientemente os “efeitos regressivos”, além de reduzir as desigualdades regionais, proporcionam uma base política mais firme às políticas igualitárias(MYRDAL,1965,p. 71).

3 CICLOS ECONÔMICOS PARANAENSE PRÈ ERVA- MATE

O desenvolvimento da economia paranaense é descrito historicamente, com base nos ciclos econômicos por quais passou o Estado. Estes ciclos se caracterizavam pela intensa atividade econômica relacionada a um produto em destaque na pauta de exportação, cujo comportamento se dava por um crescimento, um auge e uma queda de sua produção. Este capítulo descreve de modo objetivo, as primeiras atividades econômicas que acabaram por mobilizar fatores de produção no Paraná, isto é, os ciclos econômicos que ocorreram no período colonial da história paranaense.

O primeiro foi o ciclo do ouro, caracterizado pela utilização do índio como mão-de-obra escrava para trabalhar nas minas, pelo início do povoamento no Paraná e, pela rapidez com que se esgotaram as minas, levando os imigrantes a se dedicarem à atividades de subsistência. O segundo ciclo econômico deste período foi o ciclo do tropeirismo, iniciado pelo deslocamento do gado do sul para as minas de ouro de Minas Gerais e Cuiabá que, devido ao fato do Paraná se situar entre o trajeto do Rio Grande do Sul até o centro de mineração, a população proporcionava diversos serviços aos tropeiros como: alimentos, cuidados para o gado, leitos para pernoite, etc. levando com o crescimento do tropeirismo uma maior circulação de capital e, o estabelecimento de vilarejos.

3.1 O CICLO DO OURO

De acordo com WACHOWICZ(1988, p.51) "O grande desejo que tinha Portugal de encontrar ouro na sua colônia da América do Sul, não se satisfez no século XVI. Os indícios desse precioso metal eram raros". Tal situação era incômoda perante o mercado mundial, visto que os espanhóis, nesse sentido obtiveram um grande êxito, principalmente com o México e o Peru.

Desde a metade do século XVI, a região de Paranaguá foi visitada por bandeiras com intuito de achar metais preciosos e caçar índios, para escravizar mas, no final do século XVI, com o início da administração do Governador Geral D. Francisco de

Souza, a exploração do leste do Paraná, nas regiões de Curitiba e Paranaguá, na busca de metais preciosos se intensificaram.

Em meados do século XVII, descobriu-se ouro de aluvião nos ribeirões de Paranaguá, aumentando o interesse por esta região, atraindo mineradores de Santos, São Vicente, Cananéia, São Paulo e Rio de Janeiro. Como a viagem era difícil, o transporte era feito nas costas dos índios e o trabalho de mineração era árduo, obrigou os mineradores a fixarem suas residências nos campos de Curitiba e Paranaguá e, em busca de ouro, regiões vizinhas também foram ocupadas como Morretes e Antonina. COLODEL(1992, p.20) complementa que "...foi a existência do ouro que deu início ao núcleo de Paranaguá".

O interesse pela região de Paranaguá aumentou ainda mais quando Gabriel de Lara descobriu a primeira mina de ouro em Paranaguá em 1649 e, como conclui WACHOWICZ(1988, p.51) "...inicia-se o ciclo da mineração no Paraná e no Brasil".

Após a morte de D. Francisco de Souza, a administração das minas do sul ficou sob a responsabilidade do governador do Rio de Janeiro, Salvador de Sá. Os paulistas, além de estarem mais concentrados na captura dos índios do que na exploração do ouro, eram contra o manifesto das minas, visto que estas levariam o índio para trabalhar na cata do ouro, retirando-os das fazendas paulistas. Em 1649, Heliodoro Ébano Pereira foi a Paranaguá investigar a descoberta das minas e acabou confirmando a presença do precioso metal e concluiu que, segundo BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN(1969, p.33) "... sua exploração só seria possível se se conseguisse mão-de-obra , isto é, índios e técnicos, o que não havia em Paranaguá". O governo do Rio de Janeiro providenciou a mão-de-obra requerida por Ébano Pereira, este, que também foi responsável por recolher o quinto, imposto cobrado pela coroa que consistia no pagamento de 1/5 de todo o ouro encontrado, levando mineradores a burlar o imposto, escondendo o ouro retirado.

Os acampamentos utilizados na mineração eram provisórios, seguindo as novas descobertas e, a mão-de-obra era escrava indígena, estes que bateavam o ouro, guiavam colunas na descoberta de novas terras e na implementação de vilas e cidades, além de ser os indígenas quem transportava em seus ombros a mercadoria entre o

planalto e o litoral(CARNEIRO, 2003, p.17). Buscando pelo metal precioso, os mineradores subiram a Serra do Mar e exploraram o planalto de Curitiba, embora com menos êxito do que o realizado no litoral.

Como a viagem de Paranaguá até o Iguape levando o ouro para que fosse cobrado o quinto e fosse fundido, era muito perigosa, a câmara de Paranaguá reivindicou ao governo do Rio de Janeiro, em 1655, a instalação de uma Casa de Fundição, que transformaria o ouro em barras além de cobrar o quinto, este, que era levado à Casa da Moeda no Rio de Janeiro onde o ouro que era enviado a Portugal era transformado. As autoridades paulistas tentaram impedir a instalação da Casa de Fundição, mas não conseguiram. Pascoal Afonso, provedor das minas do litoral paulista, reuniu índios, armou-os e fez uma expedição que tinha por objetivo fechar a fundição mas, como WACHOWICZ(1988, p.53) descreve, "Ébano Pereira(...)conseguiu manter a fundição aberta, porém ficou a mesma subordinada à Provedoria de Santos(...) desde outubro de 1649, circulavam em São Paulo barras de ouro fundidas em Paranaguá".

A partir de 1660, as minas de Paranaguá já demonstravam indícios de esgotamento, como relata BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN(1969, p.35) "...já em 1659, se reconhecia que essas minas não correspondiam às expectativas do governo". Como conseqüência, SANTOS(2001, p.24) descreve que neste mesmo ano "...por determinação governamental, grande parte da população escrava indígena que supria a mão-de-obra em Paranaguá, foi transferida para outros centros econômicos mais ativos como o Rio de Janeiro". Tal decisão causou uma revolta em Paranaguá, os habitantes argumentavam que a saída dos índios deixaria a terra despovoada. O governador do Rio de Janeiro, Salvador de Sá resolveu inspecionar as minas pessoalmente e, segundo BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN(1969, p.36)" E não encontrara nem uma onça de ouro para amostra".

O processo de esgotamento das minas continuava e, a cada ano, diminuía a quantidade de ouro extraído. Segundo WACHOWICZ(1988, p.53)"Em 1681, as minas de Paranaguá enviaram para a metrópole 6.038 oitavas de ouro a tributo de quinto de sua produção". Porém, no início do século XVIII a Casa de Fundição foi fechada, visto

que grande parte da mão-de-obra e dos donos de minas, migraram para a região de Minas Gerais, onde o ouro era encontrado em abundância.

Com o esgotamento do ouro em Paranaguá, os mineradores transpuseram a Serra do Mar em busca deste precioso metal. Segundo CARNEIRO(1962, p.18)" As minas de Curitiba, descobriu-se Salvador Jorge Velho a 23 de fevereiro de 1680...".Embora a extração do ouro no planalto não fosse tão lucrativa como no litoral, algumas minas merecem destaque como a de Arraial Grande, a de Botiatuva e a Atuba.

Segundo WACHOWICZ(1988, p.53)"... no ano de 1720 quando o ouvidor Pardino fazia correição em Paranaguá, ordenou a reabertura da fundição ao mesmo tempo em que dava liberdade de minerar as minas que foram abandonadas".

O governo português, percebendo a queda na arrecadação do quinto, achava que esta queda se dava à sonegação deste imposto, então, criou um novo imposto para aumentar a arrecadação, a capitação. Este novo sistema de cobrança de imposto levou ao fechamento permanente da Casa de Fundição de Paranaguá, em 1735, além de deixar as populações do sul do Brasil, que enfrentavam problemas de geração de riqueza, com maiores dificuldades financeiras.

Em um cenário de decadência da mineração paranaense e a descoberta de ouro em abundância nas regiões de Minas Gerais e Cuiabá, na primeira metade do século XVIII, uma enorme população migrou para as prósperas regiões. A população que permaneceu no território paranaense se distribuiu tendo por base as vilas de Curitiba e Paranaguá. Os habitantes do litoral começaram a se dedicar a atividades de subsistência, como plantação de arroz e mandioca. Segundo SANTOS(2001, p.53)" O pequeno excedente proveniente das plantações era trocado por certas mercadorias necessárias, trazido de outros centros por pequenos navios". Os habitantes do planalto também não usufruíam de boas condições materiais e, como se situavam distante do litoral, enfrentavam dificuldades para permutar o pequeno excedente de sua produção. Segundo COLODEL(1992, p.35)" Vestimentas e sal eram trocados por pequenos carregamentos de erva-mate que eram levados ao litoral para dali serem contrabandeados". Outra atividade praticada no planalto, para subsistência, era a pecuária que, no final do século XVII e início do século XVIII, se torna uma atividade

lucrativa, dando início a um novo ciclo econômico no Paraná: o tropeirismo.

O ciclo do ouro trouxe uma série de conseqüências ao desenvolvimento do Paraná, que teve o seu litoral povoado e, o primeiro planalto, até então nunca explorado, foi colonizado. As cidades de Paranaguá e Curitiba foram fundadas e, foram abertos caminhos que ligavam o planalto ao litoral, tal como o caminho de Itupava, que ligava Curitiba a Paranaguá, o caminho do Arraial que ligava a Vila do Príncipe com o litoral e, o caminho da Graciosa.

3.2 O CICLO DO TROPEIRISMO

Com a descoberta de ouro nas regiões de Minas Gerais e Cuiabá e, o fim da mineração paranaense, a região do Paraná passou por um processo de abandono e, a população que permanecia, distribuiu-se tendo como centros, Curitiba e Paranaguá. Como complementa CARNEIRO(2003, p.26)" A partir de 1668, os moradores de Curitiba começaram a desenvolver a criação de gado vacum, eqüinos e ovinos, além de culturas de subsistência como milho, erva-mate, carne, feijão, trigo, fumo e algodão".

A partir de 1702, o governador D. Alvaro da Silveira começou a conceder sesmarias nos campos de Curitiba. Os pedidos eram provenientes principalmente de São Paulo, Paranaguá e Santos e, o processo de aquisição de sesmaria, iniciava com a ocupação de uma porção de terra com uma quantidade de gado e escravos para, em seguida solicitar a sesmaria.

A região de Minas Gerais, a partir dos primeiros decênios do século XVIII, se tomou o pólo central das atividades econômicas no Brasil. Houve um grande crescimento populacional, devido ao direcionamento de pessoas de todas as regiões do Brasil e do exterior para esta região, em busca do metal precioso que se demonstrava em abundância. Devido à grande concentração de recursos humanos empregados na mineração, surgiram problemas relacionados com o abastecimento e o transporte. Como o transporte de ouro das regiões das minas até o Rio de Janeiro e, o transporte do comércio do Rio de Janeiro até as regiões das minas, era feito por mulas, haveria necessidade de uma grande criação deste tipo de gado para atender a grande

população que se encontrava nesta região, o que não havia, visto que a mão-de-obra estava praticamente toda concentrada na extração do ouro. Além disso, não havia estrutura para produzir alimentos em quantidade suficiente para tamanha população. Frente a este cenário, restava a opção de importar de outras regiões brasileiras, o gado tanto para transporte como para alimentação e, como conseqüência, como explica BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN(1969, p.64)" Aquelas fazendas de criação de gado dos Campos Gerais do Paraná se desenvolveram com a venda de seu gado aos mineiros, a altos preços pagos em ouro".

O gado dos Campos Gerais começou a ser vendido para as regiões de Minas Gerais, porém, segundo DRABICK(2003, p.108) "...após 1720, a produção daqui começava a se tornar insuficiente...". Na região serrana do Rio Grande do Sul se concentrava uma grande quantidade de gado selvagem que poderia servir para atender esta demanda excedente, porém, não havia um caminho ou estrada ligando o Rio Grande do Sul e Curitiba. Para resolver este problema, o governador de São Paulo, Caldeira Pimentel, em 1728, ordenou a abertura de uma estrada que, a partir de 1731 começou a ser usada, era a chamada "Estrada da Mata" que ligava Viamão, no Rio Grande do Sul até Sorocaba em São Paulo, passando pelos Campos Gerais.

Em 1731, a primeira tropa sai do Rio Grande do Sul para chegar em São Paulo, dando início ao ciclo do tropeirismo. Esta primeira tropa era, como descreve BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN(1969, p.65)"... tangida por cem tropeiros, e composta de duas mil e tantas cabeças, entre cavalos, mulas e éguas". Por volta de 1750 surgiu a feira de Sorocaba, onde negociavam os tropeiros e os compradores de Minas Gerais.

Com a alta do preço do gado, tanto para transporte como para alimentação, a pecuária alcançou um novo ciclo de desenvolvimento, fazendo aumentar o número de fazendas de criação de gado e, posteriormente de invernadas(SANTOS, 2001, p.26).Enquanto os estanceiros do Rio Grande do Sul eram permitidos a criar mulas, esta atividade foi proibida de ser realizada ao norte do rio Iguaçu, levando os fazendeiros dos Campos Gerais, Guarapuava e Palmas a reservar espaços em suas terras, para a prática da invernagem. Para o gado do Rio Grande do Sul chegar à

Sorocaba, e serem revendidos à Minas Gerais, os tropeiros utilizavam a "Estrada da Mata" e, como os campos paranaenses se encontravam em meio ao trajeto, surge uma nova fonte de renda: as invernadas. Estas consistiam em alugar pastagens ao tropeiro, com o objetivo de que o gado recuperasse o peso perdido durante a viagem e, assim, valorizar a venda em Sorocaba. Segundo COLODEL(1992, p.38)" Para os tropeiros que conduziam seus rebanhos desde o Rio Grande do Sul, as invernadas se faziam absolutamente necessárias". WACHOWICZ(1988, p.102) complementa ainda que "Nos locais destinados a pernoite, estabeleciam-se negociantes, que construía algum cercado, para alugá-lo ao tropeiro, para que os animais pudessem passar a noite sem o perigo de se extraviarem". Essa prática proporcionou uma concentração populacional, visto que ferreiros e arreadores, proporcionavam assistência ao tropeiro ao mesmo tempo que gerava renda.

Com o desenvolvimento do tropeirismo, alugar pastagens se tornou um negócio de alta rentabilidade, chegando ao ponto de haver uma redução na criação de gado para deixar pastos livres para alugar. Alguns fazendeiros paranaenses compravam pessoalmente o gado no Rio Grande do Sul, guiavam pela "Estrada da Mata" e utilizavam suas próprias fazendas no Paraná para invernar o gado e vendê-lo em Sorocaba. Curitiba, por estar sendo freqüentemente visitada por tropeiros, visto que se situava na passagem da "Estrada da Mata", teve seu comércio estimulado e obteve um desenvolvimento considerável como descreve WACHOWICZ(1998, p.103)" Curitiba foi um centro que muito lucrou com a existência da Estrada da Mata(...)firmou-se como cidade e desenvolveu sua economia, de maneira a poder ultrapassar Paranaguá e tornar-se a capital da futura Província do Paraná".

Segundo SANTOS(2001, p.32) "Em 1772 havia 52 grandes fazendas ao longo do caminho das tropas que atravessavam os Campos Gerais". Nessas grandes fazendas, utilizadas para a criação de gado, o trabalho era escravo, como descreve COLODEL(1992, p.40)" Nessas grandes propriedades a família constituiu-se no principal agente social e econômico e a escravidão era o sistema de trabalho predominante". Apesar da utilização do trabalho escravo nas grandes fazendas, o número de escravos era relativamente baixo pois, como explica SANTOS(2001, p.32)

"A pecuária nos campos do Paraná não exigia muitos trabalhadores, pois desde o início o trabalho era feito pelo próprio fazendeiro ou por um capataz com poucos escravos". Neste período, a grande parte dos escravos eram negros, apesar de ainda utilizar-se, em pequena escala, os indígenas.

Um reflexo da expansão da atividade criatória e das invernadas, foi a formação de uma classe dominante, formada pelos grandes proprietários de terras, onde, ao tempo em que o comércio de gado se desenvolve, maior seria a concentração de renda nas mãos destes fazendeiros. Como a constituição de 1824 determinava que as eleições eram indiretas e censitárias, os ricos fazendeiros podiam eleger quem mais lhes dessem vantagens. Como consequência disto, as famílias detentoras de grandes territórios, passaram a deter também o poder político, tendo papel central depois da criação da província em 1853.

A primeira fase de declínio do tropeirismo ocorreu simultaneamente ao início da decadência do ouro em Minas Gerais, que acabou por diminuir a demanda de gado, causando um excesso da oferta, que levou a uma queda no preço. Segundo MARTINS(1995, p.271)" Nos primeiros tempos os lucros foram os mais animadores, valendo um cavalo 25\$000 e um boi 8\$000(...)porém, no final do século XVIII(...)vendia-se um cavalo por 4\$000 e um boi por 2\$000".

O tropeirismo paranaense recebe um novo impulso para se desenvolver, com a expansão do café, principalmente nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, estes, que precisavam de muares para carregar sua produções até os portos. Porém, com o surgimento das estradas de ferro em 1870 ligando as regiões cafeeiras até os portos, reduziu-se drasticamente a demanda de gados para transporte, visto que o transporte ferroviário era mais rápido e carregava um volume maior de produção. O tropeirismo entrou em constante declínio até o seu desaparecimento, como conclui CARNEIRO(1962, p.50)" Quanto ao desaparecimento do tropeirismo, começa em 1875 com o advento da ferrovia e recebe o golpe de morte final em 1906 com o tráfego da Estrada de Ferro São Paulo- Rio Grande".

O tropeirismo estabeleceu uma conexão com o interior do Brasil e, determinou a incorporação de um extenso território que, de acordo com o Tratado de

Tordesilhas, pertencia à Espanha. Sendo assim, a criação de gado, o comércio e o aluguel de pastagens tiveram, segundo MARTINS(1995, p.270)"... influência decisiva no povoamento do território paranaense, muito maior certamente que a mineração do ouro, que não fixava populações...". A ocupação de terras, transformou regiões que antes eram inexploradas e, hoje são cidades, tais quais Rio Negro, Lapa, Ponta Grossa e Castro.

SANTOS (2001) faz uma análise do Paraná durante o século XVIII, onde se apresentavam duas áreas econômicas não integradas. Primeiramente, os Campos Gerais, com a economia voltada para a pecuária, caracterizada pela criação de gado e pelo tropeirismo, que consistia no transporte de gado para as regiões auríferas, integrou a economia paranaense com a economia central do Brasil, desenvolveu as grandes fazendas, estas, que funcionavam em regime de auto-suficiência. A outra área consistia no litoral, onde prevalecia a economia de subsistência e não se integrou com a economia central, desenvolvendo-se lentamente. No final do século XVIII, de acordo com SANTOS(2001, p.34)"... a farinha de mandioca e o peixe eram as maiores riquezas do litoral paranaense, seguidos pelo arroz, feijão e milho".

No início do século XIX, a economia paranaense entra numa fase comercial voltada para a exportação, substituindo a produção para a subsistência e, teve o mate dominando o litoral e o primeiro planalto do Paraná.

4 O CICLO DA ERVA-MATE

Durante a década de 1830 e a grande depressão, a produção e a comercialização do mate foram as atividades econômicas que dominaram a região paranaense, chegando o mate, a ser o principal produto na pauta de exportação neste período, mobilizando uma ampla gama de fatores de produção, chegando, segundo WACHOWICZ(1988, p.127) " Houve períodos em que o produto chegou a alcançar o montante de 85 por cento das exportações da província".

Este capítulo procura analisar a dinâmica do crescimento da erva-mate durante os anos em que o mate foi o principal produto de exportação no Paraná, isto é, desde 1820 até meados da década de 1930 pois, após a depressão e a concorrência da Argentina, a madeira tornou-se o principal produto paranaense de exportação.

Esta análise será baseada no trabalho de PADIS(1981), pois, dentre os trabalhos pesquisados, apresenta uma maior riqueza de detalhes. A tabela para análise foi extraída de ARANHA(1967), citado por PADIS(1981) como autor de um extenso trabalho sobre o comportamento da economia ervateira. A análise contará com a discussão dos principais motivos que levaram ao longo do tempo à oscilações nas variáveis quantidade exportada, preço e valor das exportações.

4.1 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

A erva-mate é uma árvore nativa das florestas regionais. Seu uso como bebida pelos indígenas, principalmente pelos guaranis tem origens pré- colombianas . Os jesuítas tentaram proibir o seu uso, alegando propriedades afrodisíacas, levando os jesuítas das reduções do Guaíra a chamá-la de "erva do diabo". Como o uso do mate foi difundido desde o Peru até o Rio da Prata, além de ser incorporada aos hábitos dos colonizadores europeus, COSTA(1989, p.35) afirma que "Os jesuítas, que no início a combateram, se tornaram depois seus melhores propagadores, procurando melhorar-lhe o preparo e até promovendo seu cultivo". Isto ocorreu principalmente devido ao pequeno êxito que obteve a proibição, além da perspectiva de gerar renda ao tornar o

mate uma atividade econômica. Os espanhóis, ao perceberem que o mate poderia ser explorado comercialmente, com possibilidades de geração de riqueza, "aconselharam" os jesuítas a promover o cultivo e a comercialização do mate. Portanto, desde o início do século XVII, o comércio do mate era fomentado apenas pelos jesuítas e por alguns proprietários de terra paraguaios, que abasteciam os mercados paraguaios e do Prata.

Com a visita do ouvidor Rafael Pires Pardiniho ao Paraná, no início da década de 1770, este notou que a população era demasiadamente ajustada a uma situação de subsistência, em alguns casos, à produção de bens para permutar por sal, vestuário, ferramentas, etc. vindas de Santos e Rio de Janeiro até Paranaguá. Com este cenário, WACHOWICZ(1988, p.127) descreve que " Em 1772, o governo português, atendendo a uma exposição de motivos do ouvidor Rafael Pires Pardiniho, autorizou as populações do sul do Brasil a comerciarem livremente não só com a colônia, mas também com a praça de Buenos Aires". Porém, esta autorização não foi aproveitada, principalmente devido à concorrência da produção jesuítica e paraguaia, que forneciam o mate aos mercados sul-americanos, dificultando o comércio do mate paranaense e, devido à falta de experiência paranaense no cultivo, produção e comércio deste produto.

No início do século XIX, alguns fatores contribuíram para um aumento da demanda externa. Primeiramente, a expulsão dos jesuítas em 1767, ocasionou a extinção da produção de mate pelos indígenas, deixando parte da demanda não atendida. Neste período, decisões governamentais causaram um colapso na produção paraguaia quando, em 1813, o governo do Paraguai, proibiu a exportação de mate com o objetivo de abastecer somente o mercado interno, deixando os mercados de Argentina e Uruguai sem fornecedores, estes que acabaram por demandar o mate brasileiro, aumentando as exportações. Outro fator proporcionou este crescimento da exportação de mate foi a abertura dos portos. Como descreve SANTOS(2001, p.40)"A abertura dos portos brasileiros, ocasionou um movimento maior no Porto de Paranaguá que, por sua vez, estabeleceu um maior contato comercial com Buenos Aires em virtude, também, da abertura deste porto". Estes fatores em conjunto, propiciaram a expansão da produção de mate no Paraná.

Porém, mesmo com estes fatores impulsionando a exportação do mate, a

qualidade inferior do mate paranaense era um empecilho no abastecimento dos mercados argentino e uruguaio, qualidade esta conseqüência da falta de técnica no beneficiamento do mate e, o uso de ferramentas rudimentares. Sobre este cenário, WANCHOWICZ(1988, p.127) destaca que " Nessa tarefa destacou-se Francisco de Alzagaray. Chegando a Paranaguá em 1820, percebeu logo de início que os paranaenses quase nada entendiam de erva-mate. Ensinou-lhes o fabrico, o beneficiamento e a maneira de acondicionamento em surrões de couro". Seguindo o mesmo raciocínio SANTOS(2001, p.40) afirma que "Foi Alzagaray o grande incentivador da produção de mate no Paraná, pois introduziu novas concepções de beneficiamento da planta e fabrico do mate, encaminhou essa produção para o comércio do Prata, através de Paranaguá". Alzagaray ainda inaugurou o primeiro engenho de soque no Paraná, na região de Paranaguá.

SANTOS(2001, p.41) afirma que "Foi a partir daí que a produção paranaense ganhou maior importância". O autor faz referência da instalação do engenho de soque de Alzagaray, com o início de um longo ciclo econômico no Paraná, o da erva-mate.

Com a ausência da concorrência paraguaia e, a melhoria da qualidade do mate, devido principalmente às técnicas trazidas por Alzagaray, os preços e a quantidade exportada do mate aumentaram bruscamente. De acordo com BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN(1969, p.146) "Já no ano de 1826, decorrido apenas pouco tempo da chegada de Alzagaray a Paranaguá, a exportação da erva-mate constituía a base de todo o comércio exterior da 5ªComarca, através do porto de Paranaguá, predominando sobre os demais produtos com a larga margem, e atingindo a 69,81% da exportação total do Paraná". Segundo SANTOS (2001, p.41)" Toda a colheita era feita em terras do planalto curitibano e, ainda nos princípios do século XIX, era transportada para os engenhos no litoral, isto é, em Morretes, Paranaguá e Antonina". Inicialmente o mate era transportado até o litoral por mulas, até a construção da estrada da Graciosa, quando foi possível transportar mate nos carroções, mais rápidos e com uma capacidade maior. O trabalho nos ervais era feito tanto por escravos como por trabalhadores livres, onde a colheita, o preparo e o fabrico de mate exigiam intensa mão-de-obra.

De forma consistente, o valor das exportações de mate no Paraná segue em crescimento e, com respeito a esse crescimento PADIS(1981, p.42) descreve que "Essa tendência vai-se acentuando de modo a acarretar , no período de 1833 a 1836, uma alta crescente nos preços do produto exportado". Este aumento no preço do mate exportado, impulsionou o crescimento da produção de mate na região paranaense. Segundo SANTOS(2001), em 1835, o porto de Paranaguá exportou 84.602 arrobas de mate. A crise européia que se inicia em 1836 acaba por desarticular a economia das repúblicas platinas, levando a uma pequena queda no valor e nas quantidades exportadas, cenário que se mantém até o final da década de 1830, quando há um novo aumento do preço e das quantidades exportadas.

A crise européia de 1836 demonstra a sensibilidade de uma economia voltada à exportação, onde flutuações internacionais afetam diretamente e indiretamente a economia local. Tal fato se repete quando o governo do Paraguai revoga a proibição de exportação do mate, levando o produto brasileiro a uma estagnação tanto do preço quanto das quantidades exportadas. A Tabela situada no anexo, extraída de ARANHA(1967) demonstra através de índices calculados, de valor, quantidade exportada e preço em libras- ouro por tonelada, referentes à taxa de câmbio fixa utilizada no período de 1908 a 1912, assim sendo,(1908-1912=100)

Segundo PADIS(1981, p.44)"...o mate conseguiu melhorar sensivelmente a sua posição relativa no valor das exportações brasileiras, passando de 0,3 por cento em 1831 para 1,3 por cento em 1850, figurando então em meados do século XIX entre os oito principais produtos exportados".

A brusca queda no preço no período de 1848 e 1850 se deu em virtude da guerra civil da Argentina e da crise européia, mostrando mais uma vez a fragilidade da economia voltada à exportação perante o cenário internacional, suscetível a flutuações. O comércio paranaense era realizado com as demais províncias do Império como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul ou com o exterior. Sobre isso, SANTOS(2001, p.45) descreve que "...as exportações para o exterior eram as mais importantes e representaram durante todo o período de 1842 a 1861, mais de 85% do total do valor das exportações através do porto de Paranaguá". Mesmo com o bloqueio dos portos de

Buenos Aires e Montevideu, devido a crise política, a exportação do mate paranaense se mantém, devido principalmente ao decreto de 1846, monopolizando essa exportação(SANTOS 2001, p.45).

A expansão do mate propiciou o aparecimento de uma elite produtora e exportadora que juntos com os ricos fazendeiros e tropeiros dos Campos Gerais, Guarapuava e Palmas foram importantes no processo de emancipação do Paraná, COLODEL(1992, p.42) conclui que "Estes dois grupos econômicos dominantes teriam uma participação importante quando do embate político em prol da emancipação e criação da província do Paraná". Além disso, a exportação do mate beneficiou as populações do interior, que viviam na economia de subsistência, puderam aumentar sua renda enquanto a urbana, de Curitiba e litoral, viu expandir pelo efeito multiplicador do mercado interno(PADIS, 1981,p. 44).

Segundo SANTOS(2001,p.48)"O processo de emancipação política no Paraná provocou certos desequilíbrios no contexto econômico da nova Província(...)estas instabilidades, provenientes das novas transformações políticas". Porém, na segunda metade do século XIX, o mate continuou sua expansão, tendo aumentado o seu valor no total das exportações brasileiras que, segundo PADIS(1981, p.49)"...era de 1,3 por cento na metade do século, passou a 2,0 por cento no seu final". Em comparação com os produtos como café, fumo, borracha e cacau, o crescimento foi pequeno, mas comparando com o açúcar e o algodão, o crescimento no valor total das exportações brasileiras do mate foi considerável. Como conclui PADIS(1981, p.49)"...as exportações de erva-mate entre 1852 e 1860, multiplicam-se em valor, a preços correntes por quase 2,5 vezes".

Apesar deste crescimento da atividade ervateira, o mate paranaense, desde muito tempo encontrava dificuldades com as regiões compradoras, devido a sua baixa qualidade. Para obter maiores lucros, comerciantes adicionavam folhas de outras plantas e pedaços de pau com o intuito de aumentar o peso e o volume do mate exportado. Conseqüentemente, os importadores platinos começaram a comprar de outros centros exportadores ou rebaixavam o preço do mate paranaense. Devido a esta situação, Zacarias de Goes, presidente da Província, baixou um regulamento severo,

que fixava o período de colheita, formas de tratamento e de acondicionamento da erva, bem como proibia a mistura de elementos estranhos pelo que impunha severas multas aos infratores(PADIS,1981 p. 49). Apoiado pelos maiores comerciantes, este regulamento fez com que o mate paranaense fosse melhor aceito e teve seu preço aumentado nas exportações.

Um dos principais problemas que atrapalhavam o desenvolvimento da atividade ervateira era a precariedade das vias de comunicação. O mate que era colhido no planalto era conduzido por caminhos árduos em lombo de animais ou nas costas de escravos, até os engenhos de beneficiamento situados no litoral. Tendo em vista facilitar o escoamento do mate, uma das primeiras medidas do presidente provincial, Zacarias de Goes, foi a reconstrução da estrada da Graciosa, em 1855, ligando Curitiba ao litoral. Uma das conseqüências desta estrada foi a grande transferência dos engenhos beneficiadores do litoral para o planalto, sendo assim, sem a necessidade de transportar a erva em seu estado bruto até o litoral, um número maior de pessoas começaram a praticar a atividade ervateira, aumentando a produção.

Neste cenário de expansão, o mate paranaense começa a sentir a concorrência causada pelo mate produzido em Santa Catarina, que abriu uma estrada para facilitar a exportação de seu produto, acarretando no período de 1865 e 1866, como conclui PADIS(1981, p.50) "...um enfraquecimento de mais de 2/3 no valor total do produto exportado, embora as quantidades vendidas tivessem crescido, o que apenas mostra que o declínio de preços é ainda maior ". Sobre a baixa do preço, LINHARES(1969, p.128) declara que" De 5\$000 a 6\$000 a arroba baixara para 3\$000 e a 3\$400 para chegar a índices verdadeiramente ridículos: de 1\$600 e 1\$800 como se lia no jornal".

O preço do mate se recuperaria a partir de 1866, devido principalmente à Guerra do Paraguai, que se iniciou em 1864, desorganizando a economia paraguaia.Com respeito às exportações de mate no Paraguai, estas se encerraram visto que os seus mercados compradores, Argentina e Uruguai, eram seus inimigos na guerra. Sem a concorrência paraguaia, Paraná e Santa Catarina se tornaram os exportadores para a região do Prata. No período entre 1864 até 1870 a exportação do

mate paranaense duplica em quantidade. Segundo PADIS(1981), a quantidade exportada que era de 7 mil toneladas chega a passar de 14 mil toneladas, atingindo, em 1872 um total de 16,5 mil toneladas de mate.

No período entre 1872 e 1875, as exportações do mate paranaense caem em mais de 30 por cento, devido à alguns fatores que afetariam o mercado internacional. Primeiramente, houve uma valorização da moeda brasileira, devido aos empréstimos do exterior para arcar com os custos da guerra com o Paraguai, que acabou por desestimular os mercados compradores. A crise econômica que afetava os Estados Unidos e a França neste período também afetaram a exportação do mate paranaense, visto que Argentina e Uruguai diminuíram suas exportações para estes países, diminuindo sua capacidade de importação e, ainda, o Paraguai após a guerra estava se reestruturando e voltando a concorrer com o mate brasileiro.

No período entre 1875 e 1879, o preço do mate paranaense se recuperou e, segundo PADIS(1981, p.53) "...o produto paranaense sofreu uma elevação de mais de 25 por cento nas quantidades exportadas, entre 1875 e 1879, de forma que, por essa época, 3/5 do mate consumido na América do Sul eram providas do Paraná". Esta recuperação se deu principalmente a uma campanha contra o mate falsificado ou mal acondicionado, estimulada pelos comerciantes paranaenses acabando por diminuir a falsificação do produto, elevando seu preço no exterior.

Durante a década de 1880, alguns fatores ocasionariam uma nova crise sobre o mate paranaense. SANTOS(2001, p.53) descreve que "Em 1885, a Argentina decretou um acréscimo de 15% de direitos de importação sobre o mate beneficiado. Essa medida visava proteger a indústria local e trouxe grandes prejuízos ao exportador do Paraná". Para proteger a indústria argentina, o governo deste país isentou de direitos alfandegários a importação de mate em seu estado bruto. Conseqüentemente, a partir deste período a Argentina começa a importação de erva-mate somente cancheada para beneficiá-la em seu próprio território, preocupando os donos de engenho, que passariam a exigir medidas do governo provincial, que tinham por objetivo impedir ou dificultar a exportação da erva-mate em rama. O governo não tomou medidas radicais e, apenas elevou as tarifas de exportação sobre produtos não-

manufaturados. O motivo para o governo não aplicar medidas mais severas foi a concorrência com o Paraguai e o Rio Grande do Sul, produtores dispostos a exportar o mate somente cancheado.

Segundo PADIS(1981, p.53) "...na década que vai de 1882 a 1892, as quantidades exportadas, incluindo mate não- beneficiado, evoluíram favoravelmente, aumentando em mais de 30 por cento". SANTOS (2001, p.54) conclui que "...em 1870 o Paraná exportou 14.400.000Kg, com uma arrecadação de 4.400.000\$000, em 1884 exportou-se praticamente o mesmo total, mas com uma arrecadação de 2.300.000\$000".

Como a atividade ervateira era constituída por uma etapa extrativa, realizada pelos ervateiros e, a etapa de beneficiamento e comercial realizada pelos donos de engenho, este aumento da exportação de mate não- beneficiado levou não somente a uma queda no valor exportado, como causou uma crise na indústria ervateira e, desequilibrou a economia da província pois, segundo PADIS(1981, p.54) o mate era "...a atividade condutora da economia, era fonte principal de receita pública, o principal responsável pelo nível de emprego e, fundamentalmente, instrumento de importação de bens não produzidos internamente, por ser responsável pela capacidade de importar".

Sendo o Paraná o maior produtor de mate da América do Sul e, a Argentina, o maior comprador do mate paranaense, o fato deste país começar a comprar o mate em seu estado bruto e, beneficiar o mate que consumia, eram indícios de uma decadência da atividade ervateira. Mesmo assim, em 1885, os donos de engenho tanto pressionaram o governo que conseguiram uma elevação de 100 por cento do imposto sobre a exportação do mate não- beneficiado. Além desta medida, os industriais do mate, para estimular os compradores a adquirir o mate beneficiado, passaram a melhorar a qualidade de seu produto, substituindo engenhos hidráulicos pelos a vapor e deixando o produto com uma melhor aparência. Outro fato que viria a aumentar as exportações paranaenses seria a estrada de ferro ligando Curitiba a Paranaguá, em 1885, aumentando a rapidez e a quantidade de produto exportado.

Alguns fatores explicariam a brusca queda na quantidade exportada no período entre 1892 e 1897. No cenário internacional destaca-se a guerra civil do

Uruguai, que acabou por reduzir as importações feitas por este país. No cenário nacional, a proclamação da República e a abolição da escravatura desencadearam uma crise política e econômica, interferindo na atividade ervateira. A queda na quantidade exportada acarretou problemas na receita do estado, como descreve PADIS(1981, p.55)" ...entre 1892 e 1897, a participação dos impostos sobre exportação de erva-mate, no total da receita ordinária do estado, cai de 30,2 por cento para 14,6 por cento, refletindo na mesma proporção, a queda no volume das exportações". Houve também uma queda na participação total dos impostos sobre a exportação na receita estadual que, de acordo com PADIS(1981) cai de 34,1 por cento para 17,1 por cento. Uma queda maior só não ocorreu devido ao aumento das exportações de gado e madeira.

No período de 1897 a 1902, houve uma elevação no preço do mate e, um grande aumento na quantidade exportada, chegando a contribuir com 98 por cento do valor total das exportações, ao mesmo tempo em que era responsável por mais de 40 por cento do total da arrecadação do estado (PADIS,1981 p.57). Esta grande recuperação se deu por uma lei, imposta em 1898 pelo governo paranaense, com o objetivo de acabar com as falsificações do mate paranaense, aumentando o prestígio perante os compradores. Esta lei ditava normas relativas ao fabrico da erva, além da destruição do mate falsificado. Em 1902 a participação do mate no valor total das exportações brasileiras chegou a 3 por cento, sendo que no final do século XIX, a participação era de 2 por cento segundo PADIS(1981).

A partir de 1902 até 1907, a atividade ervateira demonstra um novo retrocesso. PADIS(1981, p.57)descreve que "...a participação relativa do mate no valor total das exportações cai de 98 por cento para cerca de 75,5 por cento(...)e a participação dos impostos sobre a exportação de mate na arrecadação total do estado(...)cai de 41,5por cento para pouco mais de 32 por cento". Visto que o valor total das exportações não apresentam mudanças, o motivo deste retrocesso seria uma queda no valor do mate exportado. A partir da Tabela 1, montada a partir dos dados fornecidos por LINHARES(1969), nota-se que a queda no valor do mate exportado foi proveniente de um aumento da exportação de mate não- beneficiado para a Argentina.

TABELA1- EXPORTAÇÕES DE ERVA-MATE PARA A ARGENTINA ENTRE 1902 E 1905

ANO	NÃO- BENEFICIADO	BENEFICIADO
1902	4.841.373	16.265.675
1903	8.096.917	22.738.252
1904	14.040.505	20.657.472
1905	10.129.640	18.438.893

FONTE:DADOS EXTRAÍDOS DE LINHARES(1969)

Este aumento da exportação do mate somente cancheado vem do fato de em 1902, o governo paranaense igualar o imposto de exportação do mate beneficiado e do mate não-beneficiado.Com o fim do protecionismo ao produto beneficiado, as quantidades do mate não beneficiado exportado aumenta enquanto o valor decrescia, dado que não passa pelo processo de beneficiamento, utilizando menos trabalho. A eliminação das medidas protecionistas tem conseqüências devastadoras aos engenhos de beneficiamento, isto é, da etapa industrial da atividade ervateira, ao mesmo tempo em que beneficia o mercado argentino que, de grande comprador começa a se tornar concorrente.

Todavia PADIS(1981, p.59) entre 1907 e 1913/14,"...no valor total das exportações (...)há um acréscimo relativo de 20 por cento, enquanto que a das quantidades exportadas é cerca de 25 por cento". Esta recuperação se deu por medidas do governo da Província de aplicar uma maior fiscalização nas regiões de fronteira com Santa Catarina, por onde era contrabandeado grande quantidade de mate. Além disso, o produto paranaense começou a ganhar novos mercados como a Europa e os Estados Unidos, isentando de impostos a exportação para estas regiões.

A próxima parte deste capítulo analisará a decadência da atividade ervateira, que se dá a partir de 1913 até o fim da década de 1930.

4.2 A DECADÊNCIA

O processo de decadência da atividade ervateira como condutora da

economia paranaense começa no ano de 1913 e se arrasta por mais duas décadas. A participação relativa do mate no valor das exportações cai de 87 por cento em 1914/15 para 49 por cento em 1918/19, além da brusca queda do valor do mate exportado (PADIS 1981). Alguns fatores viriam explicar este momento de extrema dificuldade do mate paranaense. Primeiramente, a Argentina, que tinha iniciado o cultivo de mate à poucos anos, teve a sua primeira grande colheita, passando a importar cada vez menos, mesmo o mate não-beneficiado. Outro fator seriam os efeitos da Primeira Guerra Mundial, reduzindo drasticamente as exportações e, conseqüentemente limitando a capacidade de importar, além de, segundo PADIS (1981, p.61) "...resultando numa falta de capital de giro, que levaria vários produtores e comerciantes do mate, à situação de insolvência". Apesar da desvalorização da moeda brasileira, conseqüência da crise mundial, o preço do mate cai ainda mais em 1914, devido a Argentina e o Uruguai criarem altas taxas de importação sobre o mate beneficiado e incentivando a entrada da erva cancheada, a fim de desenvolver a indústria destes países, enquanto a paranaense entra em crise. No período de 1916 a 1918, há uma pequena recuperação no preço, mas este não chega a atingir o preço praticado em 1913.

Todos estes fatores levaram, durante a década de 1920, à maior crise por qual o mate paranaense sofreu, desarticulando a economia da Província que viu sua capacidade de importar bastante reduzida, já que o preço dos produtos manufaturados importados se encontravam em constante elevação. Esta crise acaba por provocar um grande aumento do desemprego, além de jogar os salários a níveis muito baixos.

Com o final da Primeira Guerra Mundial, a economia ervateira sofre uma pequena recuperação no valor das exportações, das quantidades exportadas e na arrecadação de impostos provenientes desta atividade. Esta recuperação pode ser explicada pelo fato de, após a Guerra Mundial, a Europa se torna um grande importadora de carnes e cereais e, a Argentina e o Uruguai, ao perceberem esta oportunidade de negócio, acabam se concentrando em fornecer estes bens aos mercado europeu, diminuindo a produção de mate e, para abastecer a demanda, passam a importar o mate paranaense. Porém, a maior parte do mate exportado do

Paraná para a Argentina e o Uruguai era não- beneficiado, fazendo com que o aumento da quantidade exportada fosse maior, proporcionalmente, que o valor das exportações.

A indústria ervateira tomou outro golpe em 1926, quando o governo argentino, segundo PADIS(1981), aumentou os direitos alfandegários sobre o mate beneficiado para 60%, acarretando uma queda brusca na exportação deste mate. Mas, tragicamente para a indústria ervateira paranaense, em 1931, o governo da Argentina, o maior comprador do mate paranaense, proibiu a importação do mate beneficiado. PADIS(1981, p.63) descreve que "... a partir de 1933, não houve mais a exportação do mate beneficiado para a Argentina, bem como começou a queda vertiginosa da erva apenas cancheada".

O governo tentou criar um instituto do mate paranaense, com o intuito de impulsionar a atividade ervateira. Outra medida do governo para aumentar as exportações foi de em 1932, reduzir as taxas de exportação, que levou a um sensível aumento no volume exportado, mas levou a uma queda na arrecadação do Estado. No ano 1936, o preço do mate não chegou ao patamar dos preços praticados na terceira década do século XIX. Sobre a exportação do mate paranaense para a Argentina na década de 1930, sendo que nesta época já não entrava mate beneficiado na Argentina, LINHARES(1969, p.363) descreve que " De 56.000.000 de quilos que era a sua exportação para aquele país em 1932, ela ficou na casa dos 30.000.000 até 1939".Segundo BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN (1969, p.144) "Em 1939, segundo o valor oficial das exportações, a madeira liderava a pauta paranaense, seguida pelo café e a erva".

Uma análise feita por PADIS(1981) relata que o Paraná, de exportador de um produto manufaturado(mate beneficiado), passa a ser exportador de um produto primário(mate cancheado) e, que a decadência da atividade ervateira foi proveniente do Paraná não ser capaz de proteger seu produto, ao contrário da Argentina, que protegeu sua produção e obteve êxito.

5 CONCLUSÃO

O Paraná, durante os ciclos do ouro, do tropeirismo e da erva-mate, teve a oportunidade para desencadear um processo de desenvolvimento regional. Através do ciclo do ouro, houve um povoamento proveniente das migrações advindas de outras regiões do Brasil e do exterior, não somente do litoral, mas a procura pelo precioso metal fez com que o primeiro planalto também fosse explorado, desencadeando na formação de vilas e povoados que, atualmente são cidades. O ciclo do ouro também promoveu a abertura das primeiras estradas ligando o planalto e o litoral e, estimulou o comércio através do porto de Paranaguá, além da instalação de uma Casa de Fundação. Porém, o interesse do Governo central sobre esta região terminou com o esgotamento das minas paranaenses e, as novas descobertas nas regiões de Minas Gerais e Cuiabá. O desinteresse deixou a população do planalto e do litoral, na economia de subsistência.

Com o ciclo do tropeirismo, houve uma maior fixação de pessoas no território e, este ciclo promoveu um desenvolvimento com base no comércio de gado com a região de Minas Gerais. A atividade criatória estimulou uma multiplicação das fazendas, além da abertura de estradas ligando São Paulo com as regiões fornecedoras, isto é, Paraná e Rio Grande do Sul. O surgimento destas estradas favoreceu o aparecimento das invernadas, outra fonte de renda para os fazendeiros paranaenses. Em termos de desenvolvimento regional, o ciclo do tropeirismo também criou um elo com a economia central do Brasil. Porém, com a queda da produção das minas e o surgimento das estradas de ferro ligando São Paulo e Rio de Janeiro e seus portos, esta atividade entrou em declínio até o seu desaparecimento total, deixando a população novamente numa economia de subsistência, à espera de um novo impulso, que seria obtido com a erva-mate.

Dentre os ciclos descritos neste trabalho, o ciclo do mate foi o que apresentou uma maior significância econômica. O rápido crescimento desta atividade vem do fato de que o território paranaense tinha uma enorme quantidade de ervais nativos, transformando o Paraná no maior exportador de mate. Como a atividade ervateira era

voltada para a exportação, ela sofria oscilações provenientes de crises de todo o mundo, já que dependia da capacidade de importar dos países compradores, isto é, Argentina e Uruguai. O ciclo ervateiro estimulou a abertura de estradas, fortaleceu o comércio, aumentou a capacidade dos portos, além de criar condições para a emancipação política do Paraná. Durante o ciclo ervateiro, a mão-de-obra escrava foi substituída pela mão-de-obra assalariada e, houve um processo de urbanização de algumas áreas. Porém, o fracasso do Estado em proteger o produto fez com que a Argentina, o maior comprador se tornasse concorrente, levando a atividade econômica do mate em decadência.

Utilizando o embasamento teórico fornecido por Myrdal, nota-se durante o ciclo da mineração, sem a expressiva atuação do Estado, a ação dos "efeitos propulsores" que se iniciaram com a descoberta do ouro e, o início do desencadeamento dos "efeitos regressivos", a partir do esgotamento das minas paranaenses e as descobertas de ouro em abundância em Minas Gerais, ocorre uma migração para estas regiões, quase que abandonando o território paranaense.

Durante o ciclo do tropeirismo, também nota-se a ação destes efeitos, visto que esta atividade foi um "efeito propulsor" causado pela excedente mão-de-obra voltada para a mineração, gerando problemas de abastecimento e transporte em Minas Gerais. Ainda neste ciclo, a atuação do Estado é muito pequena, dando ênfase apenas a algumas ações com o objetivo de um melhor escoamento do gado do Sul para Minas, como por exemplo a estrada de Viamão. O aumento da produção de café no Rio de Janeiro e São Paulo também geraram "efeitos propulsores" sobre o tropeirismo, mas a queda na extração de ouro em Minas Gerais e, o surgimento das estradas de ferro geraram "efeitos regressivos" sobre o tropeirismo paranaense, levando-o a decadência.

O Estado começou a agir com mais expressividade durante o ciclo da erva-mate, ciclo este que se desenvolveu a partir da proibição de exportação de mate pelo Paraguai, levando os consumidores do mate paraguaio a procurar novos fornecedores, isto é, o mate paranaense. Com o início do aumento da exportação do mate apenas em seu estado bruto pela Argentina, o Estado tentou amenizar os "efeitos regressivos" que surgiriam na indústria de beneficiamento paranaense, mas não o fez de maneira

eficiente, se limitando a editar leis e regulamentos sem planejamento e, sem focalizar as causas do verdadeiro problema. Não houve uma negociação junto ao Governo central com o intuito de se fortalecer no mercado, a tempo suficiente de impedir a concorrência da Argentina.

Houve um processo de desenvolvimento regional durante o ciclo do ouro, do tropeirismo e da erva-mate, porém, o potencial que estas atividades trouxeram em termos de desenvolvimento não foi completamente aproveitada devido à falta de atuação do Estado durante os ciclos da mineração e do tropeirismo e, no caso do mate, era necessário um melhor planejamento nas medidas adotadas para estabelecer o problema e, com precisão utilizar as medidas cabíveis.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, L. F. S. **O mercado ervateiro**. São Paulo, 1967. Dissertação (Mestrado em Economia) –FEA, Universidade de São Paulo.
- BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.
- CARNEIRO, D. **Fasmas estruturais da economia do Paraná**. Curitiba: Imprensa da Universidade do Paraná, 1962.
- CARNEIRO, O. B. **O desenvolvimento econômico e social do Paraná**. Curitiba: SENAC, 2003.
- COLODEL, J. A. **Matelândia: história e contexto**. Cascavel: Assoeste, 1992.
- COSTA, S. G. da. **A erva-mate**. Curitiba: Editora da UFPR, 1989.
- DRABICK, A. **Nova visão da nossa história**. Curitiba: Imprensa oficial, 2006.
- LINHARES, T. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos editores, 1995.
- MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.
- PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. Campinas: Hucitec, 1981.
- ROLIM, C. F. C. **Espaço e região: retorno aos conceitos originais**. Fortaleza, 1990. 19f. Artigo (Mestrado de Economia) – Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná.
- SANTOS, C. R. A. dos. **Vida material vida econômica**. Curitiba: SEED, 2001.
- WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 6. ed. Curitiba: Vicentina, 1988.

OBRAS CONSULTADAS

- BACILLA, A. **O drama do mate**. Curitiba: Guaíra, 1965
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

ANEXO

TABELA DE ÍNDICES DE EXPORTAÇÃO DE ERVA-MATE DO
BRASIL: PREÇO, QUANTIDADE E VALOR- 1833-1926 (1908-
1912=100)

continua

ANOS	PREÇO (libras- ouro por tonelada)	QUANTIDADE EXPORTADA	VALOR (libras- ouro)
1833	38,53	2,79	1,07
1834	41,4	3,03	1,23
1835	44,9	2,03	0,91
1836	53,18	3,94	2,08
1837	50,95	3,6	1,82
1838	37,26	4,31	1,6
1839	34,39	3,9	1,34
1840	38,22	4,28	1,6
1841	44,58	4,48	1,98
1842	44,9	3,99	1,82
1843	45,22	4,16	1,87
1844	45,86	3,99	1,82
1845	42,99	4,99	2,14
1846	47,77	4,29	2,03
1847	48,09	5,04	2,41
1848	48,09	7,68	3,69
1849	42,67	9,41	4,01
1850	40,13	9,4	3,74
1851	42,67	8,57	3,64
1852	47,13	12,3	5,77
1853	42,36	7,97	3,37
1854	46,5	11,66	5,4
1855	52,87	10,04	5,29
1856	95,22	11,49	10,91
1857	127,07	12,78	16,2
1858	123,56	9,98	12,3
1859	83,44	11,95	9,94
1860	71,97	16,48	11,81
1861	72,61	12,42	8,98
1862	66,88	12,07	8,02
1863	59,55	14,93	8,87
1864	51,59	17,76	9,14
1865	43,63	12,07	5,24
1866	46,81	17,69	8,23
1867	56,05	17,82	10
1868	71,02	22	15,61

TABELA DE ÍNDICES DE EXPORTAÇÃO DE ERVA-MATE DO
BRASIL: PREÇO, QUANTIDADE E VALOR- 1833-1926 (1908-
1912=100) continuação

ANOS	PREÇO (libras- ouro por tonelada)	QUANTIDADE EXPORTADA	VALOR (libras- ouro)
1869	58,6	17,31	10,1
1870	73,88	17,59	12,94
1871	66,24	27,85	18,39
1872	73,88	29,23	21,54
1873	70,38	26,17	18,6
1874	59,87	22,59	13,53
1875	63,37	20,72	13,1
1876	62,74	23,86	14,92
1877	55,73	24,17	13,42
1878	85,67	21,19	18,07
1879	60,51	23,07	13,9
1880	50,64	23,64	11,97
1881	55,73	24	13,31
1882	49,04	26,82	13,15
1883	46,5	10,74	4,97
1884	45,54	9,42	4,28
1885	43,31	7,3	3,15
1886	37,26	24,69	9,14
1887	48,73	17,61	8,55
1888	57,01	36,46	20,74
1889	60,83	38,94	23,63
1890	52,55	40,66	21,28
1891	35,35	41,61	14,65
1892	28,34	42,51	12,08
1893	32,48	27,67	8,98
1894	53,82	40,88	21,92
1895	57,64	39,44	22,72
1896	43,87	46,33	19,99
1897	50	49,23	24,59
1898	47,13	50,19	23,68
1899	49,04	52	25,39
1900	63,37	57,15	36,14
1901	74,84	67,06	50,04
1902	82,48	70,49	57,95
1903	59,55	60,74	36,19
1904	70,06	74,25	51,91
1905	96,5	69,13	66,66
1906	102,23	97,17	99,27

TABELA DE ÍNDICES DE EXPORTAÇÃO DE ERVA-MATE DO
BRASIL: PREÇO, QUANTIDADE E VALOR- 1833-1926 (1908-
1912=100) conclusão

ANOS	PREÇO (libras-ouro por tonelada)	QUANTIDADE EXPORTADA	VALOR (libras-ouro)
1907	98,41	87,51	86,07
1908	94,9	93	88,21
1909	91,08	97,54	88,63
1910	105,09	99,8	104,73
1911	102,23	103,96	106,01
1912	106,68	105,71	112,42
1913	114,65	110,7	126,8
1914	85,99	100,38	89,17
1915	77,71	128,36	99,54
1916	78,34	129,08	100,77
1917	88,53	110	97,19
1918	94,27	122,36	114,99
1919	100	151,64	151,23
1920	83,44	152,46	127,02
1921	50,95	120,88	61,64
1922	54,46	138,44	75,32
1923	41,72	147,35	61,26
1924	79,94	132,39	105,58
1925	105,09	145,85	153,11
1926	114,33	155,77	177,64

FONTE: ARANHA (1967)